

NEOLIBERALISMO, BLOCO NO PODER E POLÍTICA NO BRASIL

Raphael Teles Oliveira¹

Resumo: O trabalho visa delinear quais são esses limites estruturais ao desenvolvimento, de modo especial os relacionados à organização do Estado capitalista a partir de uma análise sobre a consolidação do neoliberalismo no Brasil. Assim, investigando como os rearranjos no bloco no poder se constituíram condicionantes da política econômica e social do país. Deste modo, a política de esquerda encontra alguns limites estruturais do Estado após a consolidação do neoliberalismo no âmbito internacional.

Abstract: The paper aims to delineate what are these structural limits to development, especially those related to the organization of the capitalist state based on an analysis of the consolidation of neoliberalism in Brazil. Thus, investigating how the rearrangements in the block in power constituted determinants of the economic and social policy of the country. In this way, the politics of the left finds some structural limits of the State after the consolidation of neoliberalism in the international scope.

1.Introdução

Este trabalho se insere como parte de um programa de pesquisa mais amplo relacionado aos determinantes e limites estruturais das políticas sociais no Brasil e sua relação com o planejamento de natureza capitalista da periferia no período recente.

O objetivo é delinear quais são esses limites estruturais ao desenvolvimento, de modo especial os relacionados à organização do Estado capitalista. Para tentar responder a essa questão, é importante utilizar uma categoria que permitisse relacionar Estado e classes sociais numa perspectiva de economia política. Então optou-se pelo uso do bloco no poder – categoria introduzida por Nicos Poulantzas (1936 - 1979), autor grego que se dedicou ao estudo do Estado no âmbito do marxismo. Este trabalho busca pensar esses aspectos mais teóricos sobre o Estado.

Na primeira parte, faz-se uma introdução ao arcabouço teórico utilizado como alicerce para a análise, especialmente a contribuição de Nicos Poulantzas e demais autores para o entendimento do

¹ Mestrando em economia da Universidade Federal de Uberlândia, e-mail: rtelesoliveira@gmail.com

Estado no âmbito do marxismo e como se insere o conceito de bloco no poder nessa relação. Na segunda parte foi feita uma análise da categoria bloco no poder, associando neoliberalismo e política no Brasil. Por fim, na parte derradeira, ficou o espaço reservado para algumas considerações finais sobre o assunto abordado.

2. Estado e bloco no poder

Os elementos que influenciam as decisões e a condução das políticas econômicas e políticas sociais nem sempre são guiados propriamente por diretrizes técnicas ou por deduções teóricas formuladas a priori do conhecimento e da experiência. Há uma complexidade inerente às relações sociais que implica politicamente a própria técnica, dificultando uma dissociação simples entre economia e política, por se tratar de uma articulação inescapável.

Não obstante, existe algum nível de autonomia relativa da política em relação à economia, no que diz respeito à composição das frações de classe no poder. Isso converge com o que diz Carnoy (1988): “a autonomia relativa é a condição necessária para o papel do Estado capitalista na representação de classes e na organização política”. Essa autonomia relativa também é destacada em alguma medida por Claus Offe (1984), porém, para ele a burocracia se tornar um “mediador independente” da luta de classes.²

O Estado enquanto objeto de estudo tem uma relação complicada e polêmica com a teoria marxista, uma vez que Marx não formulou ou sistematizou uma teoria política do Estado. Assim, o entendimento corrente sob o prisma da luta de classes é que o Estado é um instrumento de dominação de classe, recordando a famigerada formulação de que “o Governo do Estado moderno é apenas um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia” (MARX e ENGELS, 2002). Porém, a discussão acerca do Estado no desenvolvimento da teoria marxista não se encerra nesse ponto. Ele é essencialmente um espaço de dominância de classes, mas ao mesmo tempo um ente complexo que não pode ser reduzido a essa assertiva, isto é, o Estado vai além da condensação de relações de poder de classe, embora seja o *locus* de convergência dessa condensação e a expressão maior dela.

² Nesse ponto, Osorio (2009) faz uma conceptualização mais ampla e mais robusta do que seria o “pessoal de Estado” ou a burocracia, uma vez que ele considera a existência de algum nexos entre o pessoal de Estado e a luta de classes.

O Estado tem alguns atributos/instrumentos que conferem distinção à sua função no modo de produção capitalista. De modo sucinto, destacam-se três principais instrumentos de acordo com Pinto e Balanco (2014), o monopólio da violência, as funções legislativas e a gestão monetária e tributária. Esses instrumentos são inter-relacionados e conformam uma interdependência entre si, conferindo um caráter dinâmico na relação entre Estado e Capital.

Existe alguma inserção, ainda que mínima, de interesses de frações de classes dominadas não cessando de inscrever suas demandas em disputa em alguns momentos mais que em outros, porém a atuação é limitada pela ordem e regência do capital.

Para compreender as relações econômicas e políticas que se desenvolvem no interior do Estado, é necessária uma abordagem teórica sofisticada que consiga abarcar a complexidade do seu funcionamento institucional, mas que possibilite avaliar criticamente os determinantes estruturais das suas atividades, levando-se em consideração a luta de classes.

No modo de produção capitalista, o Estado é o espaço de articulação de redes de poder, o centro do poder político. Ele se apresenta como a única instância capaz de mediar e equacionar os conflitos se valendo do monopólio do uso da força. Portanto, de acordo com Osório (2009), um autor que tivemos contato especialmente na primeira parte do curso, o Estado se apresenta como sendo de todos, ocultando o seu caráter classista. Essa constitui uma contradição com implicações relevantes para a institucionalidade e para democracia.³

Já Poulantzas, influenciado pelo estruturalismo⁴, que galgou forte influência nas ciências humanas, especialmente, na academia francesa, desenvolve o conceito de bloco no poder no livro “Poder Político e Classes Sociais”. O Estado é tratado a partir de uma perspectiva relacional, constituído de relações de poder.

Assim, partindo dessa perspectiva, o conceito de Estado em Poulantzas é entendido inicialmente como uma relação, as dimensões política e econômicas que o atravessam interagem entre

³ Por esse motivo, Boron (2003), diz que o dilema neoliberal não é entre mercado e Estado, mas entre democracia e mercado.

⁴ É importante salientar que o estruturalismo aqui é entendido como uma corrente de pensamento que ganhou notoriedade no âmbito das ciências sociais, mas que não deve ser confundido com o termo homônimo difundido na economia para designar o sistema analítico da Cepal, caracterizado pela dicotomia centro-periferia. No primeiro caso, trata-se de uma designação epistemológica, na qual um sistema é determinado pelos conceitos ou elementos que o compõe, esses são tratados a partir de uma perspectiva relacional, isto é, a partir de um feixe de relações desenvolvidas no sistema. De tal modo que não é possível tratar de um elemento isoladamente.

si, porém têm uma autonomia relativa, culminando numa autonomia relativa também do Estado.⁵ Mas a sua trajetória intelectual é marcada por mudanças. Posteriormente, ele rompe com essa abordagem. Destarte, à medida que sua perspectiva epistemológica sofre alterações, o conceito de Estado também é modificado, conforme Berringer (2014), apresenta:

Em Estado, poder e socialismo, Poulantzas retifica alguns pressupostos teóricos e, ao aderir ao socialismo-democrático, passa a considerar o Estado como uma condensação material de relações sociais, o que implica dizer que as diferentes instituições são permeadas pelos conflitos de classe e, por isso, devem ser disputadas e ocupadas pelas classes dominadas como etapas da luta revolucionária.

O Estado passa a ser tratado como a expressão da luta de classes. Desse modo, de acordo com Poulantzas (1985): “o Estado concentra não apenas a relação de forças entre frações de classe dominante do bloco no poder, mas também a relação de forças entre estas e as classes dominadas.” Considerar a luta de classes no Estado abre uma perspectiva que transcende a instrumentalização de categorias analíticas, permite pensar no sentido da superação do modo de produção capitalista.

O bloco no poder é uma categoria interessante para compreender os condicionantes internos do Estado, porque é um espaço de disputas de segmentos dominantes e populares. Neste sentido no estado se entrecruzam núcleos e redes de poder de fração de classes no bloco de poder. (PINTO E BALANCO, 2014). A relevância do conceito de bloco no poder consiste na permissão de ir além de uma perspectiva onde o Estado capitalista é concebido como um sujeito ou ainda, no outro extremo, como assujeitado completamente, uma vez que é reconhecível nesse conceito a imbricação entre as dimensões política e econômica.

O conceito possibilita considerar a materialidade da institucionalidade estatal, evitando as trajetórias de análises de caráter reducionista e/ou economicistas e politicistas⁶ que esvaziam ou empobrecem a discussão do Estado na medida que simplificam os fatores condicionantes subjacentes ou ainda separam aspectos indissociáveis. Os conflitos internos do bloco, que não são puramente de natureza “política”, mas mediados por razões econômicas intimamente ligadas às atividades das frações de classe dominante, influenciam a condução dos instrumentos do Estado e a gestão das políticas públicas.

Numa democracia representativa burguesa, um governo não possui autonomia absoluta em relação às frações de classes que o sustentam e legitimam. Essas frações que dão o suporte não possuem necessariamente interesses convergentes, mas, pelo contrário, fazem do bloco no poder um

⁵ Entretanto, é importante salientar que mesmo na fase dita “estruturalista” de Poulantzas, ele reconhece que a dimensão econômica exerce um papel preponderante frente à dimensão político-ideológica. Ver mais em Poulantzas (1977).

⁶ Essas análises também são criticadas brilhantemente por Osorio (2009),

espaço no qual emergem contradições que caracterizam as condições e ambiente de governo como altamente conflituosos. Porém, não há objetivamente distribuição homogênea de poder entre as frações de classes. A oposição capital-trabalho por si revela um dissenso entre as classes dominantes e dominadas, mas também não há convergência de interesses mesmo quando nos referimos às frações de classe dominantes. O que ocorre é a formação de uma hierarquia de poder entre as frações de classe, que não é estática, mas dinâmica, isto é, sofre alterações conforme o movimento do balanço multidimensional entre os possíveis determinantes, sejam históricos, territoriais, estruturais ou conjunturais que atravessam os discursos políticos e que condicionam a efetivação técnica de políticas econômicas e sociais.

Assim, a organização é mediada sob o signo da hegemonia constituída historicamente pela posse dos meios sociais de produção, que se expressa nos aspectos jurídicos superestruturais ligados às funções legislativas e ideológicas. Assim, de acordo com Poulantzas (1985):

De maneira mais geral, a lei capitalista surge como a forma necessária de um Estado que deve ter uma autonomia relativa em relação à essa ou aquela fração do bloco no poder para que possa organizar sua unidade sob a hegemonia de uma classe ou de uma fração está ligado à separação relativa do Estado e das relações de produção, ou seja ao fato de que os agentes da classe economicamente dominante (a burguesia) não se confundam diretamente com os mantenedores e agentes do Estado.

O conceito de bloco no poder também permite analisar como se diversifica conjunturalmente em momentos históricos específicos as frações de classes que detém a hegemonia⁷ internamente. Isso é possível porque o conceito intermedia os múltiplos interesses (por vezes divergentes) entre as frações de classes e a acumulação de capital propriamente dita no âmbito da institucionalidade do Estado numa democracia burguesa.

3. Neoliberalismo e bloco no poder no Brasil

Neoliberalismo é um termo que se popularizou para definir as práticas políticas e de gestão do Estado e da economia que ganharam força a partir da segunda metade do século XX. De inspiração liberal clássica, mas adaptada ao novo contexto marcado pelo processo de “globalização”, o

⁷ É importante salientar que a hegemonia aqui se refere à hegemonia que se desenvolve entre as frações de classes no interior do bloco no poder e não necessariamente no sentido atribuído por Gramsci, ver mais sobre o conceito de hegemonia em Gramsci em CAMPOS LEME (1988).

neoliberalismo reafirma o papel autorregulador dos mercados e de mecanismos naturais do seu funcionamento, garantidores da convergência e homogeneização econômica no longo prazo.⁸

O neoliberalismo não pode prescindir, portanto, de uma redefinição do papel do Estado na economia, uma vez que este seria um ente capaz de “destorcer” os incentivos, atrapalhando a trajetória virtuosa prescrita na promessa da adesão ao projeto neoliberal⁹. Conforme Belluzzo (1997), essa redefinição é oriunda do fato de que “a inserção dos países neste processo de globalização foi hierarquizada e assimétrica”.

O Neoliberalismo na periferia do capitalismo se apresenta então como uma reconfiguração das relações de poder desenvolvidas internamente no Estado. Nesse sentido, o Estado busca filtrar a ação política das classes sociais, institucionalizando as representações políticas que servem como camisas de força a limitar a ação das classes dominadas, levando a uma concentração organização nos partidos ao que Osório (2009) denomina de democracia procedimental. Isto é, a democracia esvaziada pelo ordenamento em favor do capital e reduzida aos procedimentos institucionais das eleições.

De acordo com Berringer (2014), o neoliberalismo no Brasil se consolida ao longo da década de 1990 e a eleição de 1989 foi um marco importante nesse processo. A disputa entre Lula e Collor no segundo turno revelou um acirramento das tensões entre os grupos que resistiam ao projeto neoliberal e outras frações de classe que vislumbravam ganhos. O Brasil foi um dos últimos países latino-americanos a efetivar uma agenda de adesão ao neoliberalismo, mas é importante lembrar que ao longo da década de 1980, floresceram muitos grupos organizados, movimentos sociais, grevista e sindicais, que podem ter influenciado e adiado em alguma medida a adesão do Brasil a esse projeto, entre eles o Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) de 1984, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) de 1983, o Partido dos Trabalhadores (PT) de 1980.

Os movimentos sociais e sindicais, bem como frações de classe de burguesia interna que se beneficiavam das políticas desenvolvimentistas nos anos 1970 podem ter contribuído para o adiamento da implantação das políticas neoliberais, o que explicaria a entrada tardia do Brasil nesse

⁸ O neoliberalismo não está restrito somente ao discurso e prática política, mas também foi constituído por esforços teóricos que dão o devido suporte técnico e justificam a consecução das políticas neoliberais. Por exemplo, a propósito da convergência, o equilíbrio é amparado pela literatura neoclássica a respeito das teorias e modelos de crescimento econômico, como o famoso modelo de Solow. Esses modelos influenciaram e ainda influenciam as discussões do mainstream econômico sobre desenvolvimento, retirando a carga política e o papel indutor do Estado do debate.

⁹ O neoliberalismo altera o funcionamento do Estado, a intensidade e o foco das políticas sociais, conforme em Draibe (2003).

circuito. Mas ao final da década as frações de classe da burguesia interna viam no neoliberalismo um potencial de ganhos, como explicita Berringer (2014):

Todas as frações da burguesia brasileira viam vantagens com a implantação e consolidação do neoliberalismo, sobretudo, com a flexibilização das leis trabalhistas e com a redução dos gastos com as políticas sociais. Tanto o capital imperialista quanto a burguesia brasileira viam nessas políticas a possibilidade de aumento dos seus rendimentos.

Essa virada e ascensão da burguesia interna são exemplos que estão em consonância com o que o pensamento de Hirsch (2010), para o qual os movimentos ocorridos na hegemonia da burguesia interna em detrimento da burguesia nacional são o que caracterizaria primordialmente a passagem do Estado Keynesiano para o Estado neoliberal.

A vitória eleitoral de Collor e a abertura econômica serviram para consolidar o neoliberalismo que daria a tônica das políticas econômica e social nos períodos dos governos subsequentes.

O plano real desempenhou um papel importante, uma vez que o seu sucesso em estabilizar os preços serviu como peça ideológica para justificar o avanço de leis que alteravam drasticamente a institucionalidade do Estado, o seu papel na economia e os compromissos deste com a hegemonia de frações de classes ligadas prioritariamente ao setor financeiro. De acordo com Paulani (2006):

(...) o plano [real] abriu espaço para uma série de outras mudanças que teriam lugar no governo de FHC. A abertura da economia, as privatizações, a manutenção da sobrevalorização da moeda brasileira, a elevação inédita da taxa real de juros, tudo passou a ser justificado pela necessidade de preservar a estabilidade monetária conquistada pelo Plano Real. Por essas e outras é que se pode dizer que, a partir do Plano Real, há um sentimento difuso de 'emergência econômica', no sentido de exceção, que acompanha a emergência do país como promissor mercado financeiro. Tudo se passa como se aos poucos estivesse sendo decretado um estado de exceção econômica, o que justifica qualquer barbaridade em nome da necessidade de salvar o país, ora do retorno da inflação, ora da perda de credibilidade, ora da perda do bonde da história...

O discurso político ressaltando a inevitabilidade de ações penosas não é pautado por aspectos técnicos, mas estão submetidos à lógica do oportunismo. Consiste aproveitar a conjuntura dada pela quadra histórica para favorecer mudanças radicais quase irreversíveis no Estado, atendendo os interesses de longo prazo de frações de classes dominantes, porém a viabilidade desse processo advém justamente da popularidade do arrefecimento da inflação e o fantasma do medo da volta do descontrole inflacionário.

O sucesso do plano real no controle inflacionário favoreceu também a vitória de Fernando Henrique Cardoso à presidência da república e a formação de um bloco no poder com a hegemonia das frações do setor financeiro.

Com a ascensão do Lula ao poder em 2002, houve uma mudança na composição do bloco no poder devido a concomitante ascensão da grande burguesia interna no interior do bloco, espécie de posição intermediária entre a burguesia compradora e a burguesia nacional, uma fração heterogênea, mas que conserva a dependência do capital estrangeiro (BERRINGER, 2014). Essa mudança marca diferença importante com o governo FHC em termos de hegemonia do bloco, antes caracterizada mais fortemente pelo capital financeiro internacional, porém não há uma ruptura muito expressiva, como sinalizado na “carta ao povo brasileiro”.

A mudança na hegemonia do bloco no poder possibilitou o aprofundamento das políticas neoliberais, favorecendo uma coesão maior do bloco dominante e uma desorganização do bloco dominado. A política macroeconômica ortodoxa com a persecução de superávit primário, meta de inflação e câmbio flutuante favoreceram as políticas neoliberais, na medida em que reduziam a capacidade do Estado de indutor do desenvolvimento e garantiam que as políticas sociais se restringissem à assistência social mais focalizada.

O governo Lula priorizou no seu mandato uma política social mais voltada à compensação de renda, que não logrou efetivamente um enfrentamento dos problemas estruturais¹⁰, em outras palavras, foi uma política social que visou remediar as situações de pobreza absoluta sem avanços substanciais em aspectos estruturais de modo a não romper efetivamente com as condições impostas pelo neoliberalismo.¹¹

Assim, o governo Lula deu continuidade, chancelando o pacto neoliberal que vigorava no governo do seu predecessor. Segundo Paulani (2006), o que caracteriza o governo Lula como neoliberal não é propriamente a intensidade da condução da política econômica com relação aos fundamentos influenciáveis diretamente pelo governo, como a política de juros, metas de inflação e etc, mas principalmente as razões estruturais. Por exemplo, a autora cita três aspectos fundamentais do neoliberalismo do governo Lula, a manutenção do Brasil enquanto “plataforma de valorização financeira internacional”, o argumento da falta de alternativa na condução da política macroeconômica como justificativa para o uso de políticas ortodoxas e conservadoras¹². Por fim, a questão das políticas sociais restritas a compensação de renda, que já foi destacado anteriormente.

¹⁰ Sobre esse ponto especificamente, Paulani (2006) relata que “fazer de projetos como o Fome Zero a base e o fundamento da política social do governo é ao mesmo tempo uma espécie de admissão de que, naquilo que importa, ou seja, na condução efetiva da vida material do país, a questão social está em último lugar (a política agrária, por exemplo, é pouco mais que uma farsa, não tendo até agora, ao contrário do que se esperava, enfrentado os grandes interesses latifundiários).

¹² Sobre esse ponto é necessário lembrar de uma frase dita por Maria da Conceição Tavares, uma das mais brilhantes economistas do país, desenvolvimentista, militante histórica da esquerda do Partido dos Trabalhadores: “Não existe

Todos esses aspectos aprofundam a dependência do país, especialmente frente ao capital financeiro internacional, culminando num incremento da vulnerabilidade que não é facilmente reversível. A não reversibilidade das trajetórias neoliberalizantes constituiu um dos limites substanciais enfrentados pelo governo Lula. O bloco no poder consolidado que apoiou e empreendeu a reformulação do Estado brasileiro no governo FHC, alterou as novas condições de governabilidade e a institucionalidade, limitando fortemente as ações do governo, já que políticas disruptivas em relação ao modelo neoliberal têm consequências e retaliações graves interna e externamente.

Em síntese, a conjuntura histórica em que o governo Lula assumiu o governo exigiu uma complexa teia de interesses de frações de classes muito heterogêneas, porém esbarrou nos próprios limites da conciliação de interesses tão divergentes da sua base sustentação.

O Brasil é um país de capitalismo dependente, embora possua uma economia sofisticada para o padrão da região. O setor agroexportador é uma das frações de classe da burguesia que ainda constituem uma força política relevante. Porém um governo de um partido historicamente de esquerda, como o PT, enfrentou dificuldades para prosseguir no sentido do atendimento das frações de classes camponesas dominadas que participaram da base de sustentação eleitoral do governo. Então, quando a hegemonia das frações de classe da burguesia interna ligada ao agronegócio se consolida frente aos interesses das frações de classe camponesas, ressalta o papel estatal de organizador dos interesses hegemônicos e, por outro lado, desorganizador das camadas populares, como salienta, Poulantzas (1985, p. 145):

Ele [o Estado] representa e organiza a ou as classes dominantes, em suma representa, organiza o interesse político a longo prazo do bloco no poder composto de várias frações de classe burguesas (pois a burguesia é dividida em frações de classe), do qual participam em certas circunstâncias as classes dominantes provenientes de outros modos de produção, presentes na formação social capitalista: caso clássico ainda hoje em dia, nos países dominados e dependentes, dos grandes proprietários de terra. (...) O Estado, trabalhando para a organização da hegemonia, logo para a divisão e desorganização das massas populares, faz de algumas delas, especialmente a pequena burguesia e as classes populares camponesas, verdadeiras classes-de-apoio do bloco no poder e curto-circuita sua aliança com a classe operária.

Assim, o governo Lula pode ter engendrado uma desorganização das frações populares que apoiavam o governo e, conseqüentemente, atendeu os interesses de longo prazo das frações hegemônicas do bloco no poder. Isso se constituiu como mais um fator limitante da política social, da reforma agrária e impossibilitou a reversão de transformações neoliberais do Estado dos períodos anteriores.

macroeconomia de esquerda”. Essa frase foi dita em entrevista ao Valor Econômico em 2004, portanto no início do primeiro mandato do Lula, em tom de justificativa da não existência de alternativa às políticas ortodoxas.

Os condicionantes políticos são aspectos importantes, pois uma política pública não se empreende somente por razões técnicas ou à vontade de agentes específicos. No caso das políticas sociais, dois fatores relacionados à mudança ocorrida na composição do bloco no poder foram cruciais: o primeiro é a ascensão de frações de classe da burguesia interna, e o segundo é a de frações dominadas que, historicamente, sempre estiveram excluídas do bloco no poder. Dessa maneira, o governo Lula é sustentado por uma base popular que permitiu que essas políticas fossem realizadas, porém, dado o próprio ordenamento do Estado capitalista, há uma hierarquia das prioridades das ações de governo, de tal modo que a política social é limitada estruturalmente pela organização estrutural do Estado, uma vez que ela adquire uma conotação mais próxima a uma política de governo.

4. Considerações finais

A complexidade inerente à organização social e econômica torna a tarefa de fazer análises econômicas mais difícil, porém a abordagem econômica política ajuda no sentido de apreender os elementos de compreensão da articulação entre aspectos diferentes. O conceito de bloco no poder pode ser uma alternativa encontrada para compreender como ocorre a transmissão entre o político e o econômico.

Assim, observa-se que não é possível simplesmente abordar, em uma análise comparativa entre governos, ainda que de maneira preliminar, que as diferenças entre o papel e a natureza das políticas sociais alteram-se por questões técnicas ou por aspectos conjunturais relacionadas a condução da política econômica e menos ainda pela benevolência ou malevolência dos chefes de Estado.

No caso do Brasil, uma economia periférica e dependente, o neoliberalismo tem suas características próprias e pode se manifestar de diferentes formas, como foi mostrado. O Estado não está alheio dos movimentos da luta de classes, mas também não é meramente assujeitado por uma classe que domina todos os aspectos de condução da economia, uma vez que existem divergências intraclasse. Como foi visto, há uma participação de várias frações de classe dominantes que assumem a hegemonia em momentos distintos. As frações populares também participam do processo, atuando como apoio ou resistência ao bloco.

Referências Bibliográficas

BARUCO, G.C.C. e GARLIPP, J.R.D. Neoliberalismo, Consenso e Pós-Consenso de Washington: a primazia da estabilidade monetária. Anais do X Encontro Nacional de Economia Política. Campinas: SEP, maio. 2005

BELLUZZO, L.G.M. O novo papel do Estado frente à globalização. In: Globalização e desenvolvimento regional: cenários para o século XXI. Recife: SUDENE. 1997

BERRINGER, Tatiana. Bloco no Poder e política externa nos governos FHC e Lula. 2014. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humans, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2014.

BOITO, Armando. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil in: *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta*. Gerardo Caetano (org.). Buenos Aires: CLACSO, 2006, pp. 271- 296

BORON, A.A.. Estado, capitalismo y democracia en America Latina. Coleccion Secretaria Ejecutiva, Clacso, Buenos Aires, 2003.

CAMPOS LEME, H. 1988. Hegemonia em Gramsci: alcance e limites do conceito. São Paulo: mimeo

CARNOY, M. Estado e Teoria Política. Campinas: Papirus, 1988

DRAIBE, S. M. “As políticas sociais e o neoliberalismo. Reflexões suscitadas pelas experiências latinoamericanas”. Revista da USP, n. 17, 1993 (pp. 86-101).

HIRSCH, J. 2010. Teoria Materialista do Estado. Rio de Janeiro: REVAN

MARX, K. e ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista, Martin Claret: São Paulo, 2002.

OFFE, C. 1984. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

OSORIO, J. (2009) El Estado em el centro de la mundialización. La sociedade civil y el assunto del poder. Fondo del Cultura: Universidad Autonoma Metropolitana, unidad Xochimilco.

PAULANI, L. M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: Lima, Júlio César França; Neves, Lúcia Maria Wanderley. Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006. p.67-107, 2006.

PINTO, Eduardo Costa; BALANCO, Paulo. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica. Rev. Econ. Polit. [online]. 2014, vol.34, n.1, pp.39-60.

POULANTZAS, Nicos. O estado, o poder, o socialismo 2.ed. - Rio de Janeiro: Graal, 1985.

POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais São Paulo: Martins Fontes, 1977.